



## **CONSIDERAÇÕES E RESULTADOS DE UMA PROPOSTA DE ARRANJO E DESCRIÇÃO DE DOCUMENTOS ARQUIVÍSTICOS NO MUSEU NACIONAL DE BELAS ARTES**

Considerations and results of a proposal for the arrangement and description of archival documents at the National Museum of Fine Arts

**THAÍS RODRIGUES DE FREITAS<sup>1</sup>**  
**ELIEZER PIRES DA SILVA<sup>2</sup>**

### **Resumo**

Realizou-se a exposição dos aspectos explorados no trabalho investigativo da pesquisa realizada no Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Arquivos. Trabalho construído para propor uma melhor forma de elaboração do arranjo e descrição de documentos arquivísticos do Museu Nacional de Belas Artes. Uma pesquisa que apresentou uma análise do panorama documental do acervo no decorrer da trajetória histórica institucional, com aprofundamento de aspectos de impacto na formação do acervo atual. Adiciona-se ao estudo, um consequente traçado de paralelo com a situação atual do cenário nacional de transformação de acervos, dentro do processo de migração de linguagens do analógico para o digital.

### **Palavras-chave**

Museu Nacional de Belas Artes (Brasil). Instrumentos de Pesquisa. Arranjo. Descrição. Patrimônio Cultural. Reestruturação de acervos.

### **Abstract**

The aspects explored in the investigative work of the research carried out in the Postgraduate Program in Document and Archives Management were presented. This work was built to propose a better way of preparing the arrangement and

---

<sup>1</sup> Arquivista do Museu Nacional de Belas Artes (MNBA/IBRAM). E-mail: thaisrfreitas@hotmail.com.

<sup>2</sup> Professor efetivo da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e arquivista do Arquivo Nacional. E-mail: eliezerpires@gmail.com.

description of archival documents of the National Museum of Fine Arts. A research that presented an analysis of the documentary panorama of the collection throughout the institutional historical trajectory, with deepening of aspects of impact on the formation of the current collection. In addition to the study, a consequent parallel is drawn with the current situation of the national scenario of transformation of collections, within the process of migration of languages from analog to digital.

### **Keywords**

National Museum of Fine Arts (Brazil). Research Instruments. Arrangement. Description. Cultural heritage. Restructuring of collections.

## **1 INTRODUÇÃO**

Este é o resultado de pesquisa realizada no PPGARQ Unirio, sobre como realizar uma proposta de plano de arranjo e descrição dos documentos arquivísticos do Museu Nacional de Belas Artes, com foco no acervo institucional. O estudo foi desenvolvido com base em análise dos documentos arquivísticos do atual Museu Nacional de Belas Artes, acrescido dos acervos que integraram as duas instituições antecessoras à existência do órgão atual: Academia Imperial de Belas Artes e Escola Nacional de Belas Artes.

O objeto central desta pesquisa, o Museu Nacional de Belas Artes (MNBA) é uma unidade museológica criada em 1937 pelo então presidente Getúlio Vargas (BRASIL, 1937). Essa instituição das Belas Artes, foi herdeira de outras duas: a Academia Imperial de Belas Artes e a Escola Nacional de Belas Artes. Apresenta sob sua guarda, a maior e mais valiosa coleção de arte brasileira do século XIX e dispõe de um acervo com mais de 70 mil itens, distribuídos por pinturas, desenhos, gravuras, esculturas, documentos e livros.

Além disso, é integrante do atual Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), autarquia federal criada pela Lei 11.906 de 20 de Janeiro de 2009 (BRASIL, 2009), que estabeleceu uma série de competências e finalidades a serem aplicadas aos museus federais subordinados ao órgão.

O acervo institucional do MNBA foi constituído, originalmente, por três conjuntos distintos de obras: as composições trazidas pelo chefe da Missão Artística Francesa, Joaquim Lebreton, no início do século XIX; os trabalhos pertencentes ou produzidos pelos membros daquela missão; e a coleção de D. João VI deixada por ele no país, ao retornar para Portugal, em 1821. Apresenta obras de grandes artistas, personalidades e figuras públicas como Jean-Batiste Debret, Irmãos Bernardelli, Grandjean de



Montigny e D. Pedro II, entre outros. Um acervo bicentenário, utilizado como fonte de informações e com material riquíssimo para a cultura nacional. Disponibiliza seu acervo para acesso ao público por meio de consultas realizadas de maneira presencial e remota.

## 1.1 Aspectos do desenvolvimento da pesquisa

No Arquivo Histórico do MNBA, o qual preserva 35 metros lineares de acervo da primeira metade do século XIX até os dias atuais, haviam utilizado diversas metodologias de organização dos acervos arquivísticos, sobretudo nos anos 1980/1990. Portanto, classificaram documentos de grandes períodos administrativos, com a mistura de informações provenientes de diferentes produtores, ao longo do tempo. Constatou-se problema com os instrumentos de pesquisa, apresentado em modo de listagem simples, sem divisão de séries e subséries, com a notação criada sem seguir a Norma Brasileira de Descrição Arquivística (Nobrade).

As fragilidades de método e padronização do processamento técnico impactaram na contextualização da informação e do documento, na organização do acervo e em seu acesso pelos usuários, pois ocorria o comprometimento da organicidade, do princípio da proveniência e da ordem original dos documentos.

Com este cenário diagnosticado, a pesquisa preocupou-se por esclarecer os seguintes problemas encontrados no arranjo e na descrição dos documentos do acervo:

- a) confusão nas relações entre os documentos institucionais do passado e os da estrutura atual do museu;
- b) dificuldade na recuperação de informações no acervo;
- c) ausência de diretrizes para classificação e organização interna dos conjuntos de documentos;
- d) pastas identificadas por uma descrição sumária do conteúdo;
- e) inconsistência na constatação do produtor, entre outros fatores.

Diante desta problemática apresentada, propôs-se a seguinte questão de pesquisa: "Como realizar o arranjo e a descrição de documentos arquivísticos institucionais do Arquivo Histórico do Museu Nacional de Belas Artes?"

Com o problema identificado e a conseqüente pergunta de pesquisa definida, foram propostos os objetivos geral e específicos que nortearam a pesquisa. No que tangeceu o geral: A pesquisa teve como objetivo a elaboração de um plano de organização e descrição dos acervos arquivísticos institucionais do Arquivo Histórico

do Museu Nacional de Belas Artes. Para os específicos, eram três pontos para resolução: Sistematizar conceitualmente a organização e a descrição de documentos de arquivo na perspectiva da Arquivologia contemporânea; caracterização da trajetória de institucionalização do Arquivo Histórico do Museu Nacional de Belas Artes e seus acervos; proposta de modelo de organização e descrição dos documentos arquivísticos institucionais do Arquivo Histórico do Museu Nacional de Belas Arte.

A justificativa para o trabalho foi esperar que o benefício gerado pela pesquisa, viesse a lançar luz quanto às informações de interesse público, histórico, social e cultural da nação brasileira. Permitir que o público tivesse maior conhecimento sobre os fatos e documentos históricos conservados no acervo. O aprimoramento e ampliação do acesso a essas informações possibilitando que pesquisadores que utilizam a fonte primária de informação do acervo pudessem estabelecer novas conexões sobre os fatos históricos que envolvem as fontes sob guarda do arquivo. Revelar aspectos de novas questões que fizeram parte da história cultural da arte brasileira.

Sua relevância para a área arquivística, foi proporcionar novas perspectivas sobre acervos em museus com fundos fragmentados e viabilizar a conjuntura através da exposição de situações ocorridas com o acervo institucional do Arquivo Histórico do Museu Nacional de Belas Artes. Oferecer novas reflexões quanto às possibilidades de organização e instrumentalização de documentos arquivísticos.

Tratou-se de uma pesquisa de cunho exploratório. O método utilizado para a coleta de dados foi a revisão documental e bibliográfica, pautada em leituras de produções científicas atuais, bem como na releitura de conceitos e fatos relacionados à organização de acervos.

Para a coleta de dados, buscou-se autores que abordam conceitos sobre arranjo, descrição, tendências da descrição. Ideias importantes de Millar, Martins, Bellotto, Nesmith, Hollós, Duchein, Cook, entre outros, foram utilizadas para embasamento teórico. Além disso, também se fez um levantamento bibliográfico usando Google Acadêmico, páginas da *web* de instituições como a UFRJ, Arquivo Nacional, Itaú Cultural, entre outras. A legislação relacionada ao tema foi acessada em *sítes* como o Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), Diário Oficial da União, Câmara dos Deputados e Presidência da República. Sentiu-se a necessidade de utilizar a história oral para complementar os dados da pesquisa que possibilitassem recuperar fatos relacionados a um passado recente e não registrados.

Logo, a revisitação de conceitos e busca por novos estudos da área ocorreram devido ao entrelaçamento de fatores de alto grau de complexidade, fazendo com que fosse primordial o encontro de reflexões mais assertivas e norteadoras para as



questões em análise. Uma procura de tais fontes, documentais ou bibliográficas, torna-se imprescindível para a não "descoberta" de ideias já expressas, a não inclusão de "lugares-comuns" no trabalho. (LAKATOS; MARCONI, 2003, p. 225).

Foi um trabalho estruturado em cinco capítulos e respectivas subseções, focados em viabilizar uma compreensão panorâmica do acervo arquivístico institucional com guarda no Arquivo Histórico do MNBA e sua problemática. Além disso, demonstrou-se minúcias que permeiam a temática abordada, através da exposição de elementos de impacto dentro do processo investigativo. Nesse sentido, apresentou-se uma proposta e uma forma de viabilizar um arranjo e a descrição adequados aos documentos deste acervo.

## **2 RESULTADOS DE PESQUISA ATRAVÉS DE RECOMENDAÇÕES**

A pesquisa desenvolvida investigou problemas quanto ao arranjo e a descrição aplicadas atualmente no museu. Foi motivada por observações como os entraves de recuperação de dados no acervo, confusões nas relações entre os documentos do passado e a estrutura atual, dificuldades com a constatação de produtores dos itens, além de problemas de diretrizes quanto a classificação e organização interna adotada para o acervo. Para o esclarecimento destas complexidades de reconstituição do passado e a conexão com os documentos sob guarda do museu na atualidade, foi preciso realizar a contextualização do panorama histórico institucional das três instituições.

Realizou-se um estudo de caso com proposição de melhorias nas ações de gestão dos documentos com guarda no Arquivo Histórico. Como alguns dos resultados da pesquisa, apresentou-se um modelo de proposta de arranjo e descrição seguido de recomendações a serem adotadas. Entre as abordagens realizadas, apontou-se o direcionamento para a escolha da plataforma AtoM como ferramenta para ser implantada na gestão dos documentos arquivísticos do Arquivo Histórico do museu.

Ponderou-se sobre o surgimento de um novo ideal tecnológico, em razão do direcionamento das empresas de tecnologia para constituição de uma web 3.0 e 4.0, com materialização de espaços de criação virtual, surgimento de metaverso e seus possíveis impactos em museus. Inseriu-se uma análise sobre a reconfiguração e transformação digital em curso na sociedade brasileira, com ampliação dos serviços digitais do governo federal ofertados para a população.

Concluiu-se que a melhoria na coleta de dados dos consulentes é de grande importância para a adoção de um programa de estudo de usuários. Além disso,

ponderou-se sobre a incorporação de rotinas de tramitação documental para obtenção de maior fluxo de informações, bem como a criação de grupos de trabalho interdisciplinares para aprimoramento das técnicas aplicadas na guarda do acervo arquivístico institucional do museu.

### **Esquematisação de recomendações apresentadas para serem adotadas pela instituição:**

- a) Adotar padrões de Arranjo e Descrição arquivística recomendados neste documento.
- b) Aprimorar a capacitação da força de trabalho multidisciplinar atuante no acervo, com garantia de estabilidade nas metodologias aplicadas para a organização dos documentos arquivísticos institucionais.
- c) Aplicar políticas de acesso e uso, de acordo com as práticas vigentes para os documentos arquivísticos institucionais do museu.
- d) Realizar diálogos com funcionários mais antigos e ex-funcionários para conseguir, através da memória oral, recuperar dados enriquecedores que apresentem possível impacto para aprimoramento aos dados sob guarda do acervo.
- e) Criar parceria com o Museu D. João VI da UFRJ, a fim de estabelecer conexões entre os itens que foram separados na década de 1970, na tentativa de organização dos acervos. Assim, será possível mapear quais documentos que integraram a Academia Imperial de Belas Artes e a Escola Nacional de Belas Artes estão sob guarda de qual instituição neste momento.
- f) Definir, estabelecer e implantar mecanismos de infraestrutura que viabilizem o armazenamento dos dados em âmbito digital.
- g) Adotar critérios para garantia de autenticidade e confiabilidade dos dados e metadados dos documentos em ambiente digital.
- h) Digitalizar todo o acervo arquivístico institucional permanente, com o estabelecimento de representantes digitais, com o objetivo de preservar o patrimônio documental, de modo a garantir a salvaguarda da integridade física dos itens deste acervo.
- i) Confeccionar manual com especificações técnicas para a digitalização dos documentos arquivísticos históricos do museu.
- j) Estabelecer política de preservação de acervos com uma cultura que permita a coabitação híbrida entre os documentos físicos existentes e sua conversão, para permitir a viabilidade de o item analógico progredir a um ambiente que preserve itens arquivísticos no formato digital.



- k) Selecionar *hardwares*, *softwares* e formatos de arquivo que proporcionem expectativas ideais para garantia de permanência e facilidade de acesso para os materiais digitais em longo prazo.
- l) Certificar-se de que os materiais digitais mantidos como documentos arquivísticos são estáveis e fixos tanto no conteúdo quanto na forma.
- m) Construir Repositórios Arquivísticos Digitais Confiáveis e respectiva difusão.
- n) Adotar o Atom como plataforma de acesso e, se possível, a implantar o Repositório Digital Archivematica.
- o) Promover a proteção dos materiais digitais contra eventuais perdas acidentais e por corrupção de dispositivo físico.
- p) Prevenir a obsolescência de *softwares* e *hardwares*.
- q) Estudar, adotar e implementar o estudo de usuário.
- r) Adotar perspectivas de Difusão Cultural para ambientes digitais, com objetivo de ampliar o alcance e acessibilidade para atuais e futuros consulentes do acervo.

Pensar em ordenação, organização, estabilidade da informação para o acervo institucional com guarda no Arquivo Histórico consistiu em formular ações que permitissem ofertar acesso aos dados do passado, atuais e futuros. Foi importante pensar em uma forma de os documentos físicos centenários seguirem preservados e coexistindo, de modo otimizado e eficaz, com um acervo digital em produção e uso nos dias atuais. A documentação em tramitação no formato digital, num futuro não longínquo, está prevista para ser recolhida ao Arquivo Histórico do museu junto aos demais itens do acervo.

Os trabalhos e esforços realizados pelas arquivistas atuantes nas diferentes etapas desta produção documental e guarda não devem se limitar apenas a mecanismos de resoluções de passivos. Uma herança da qual houve acúmulo informacional e pouca efetividade de atos que viabilizassem esforços anteriores a resolverem por completo a gestão, uso, tramitação e guarda de acervo arquivístico dos documentos do museu. As ações com objetivo de melhorias precisam de alinhamento entre passado, presente e futuro para estes documentos.

### **3 NOVOS DIRECIONAMENTOS EM ACERVOS: PERSPECTIVAS EM CONCEITO DIGITAL**

Além do panorama encontrado para o desenvolvimento da pesquisa, constatou-se a existência de uma transformação global em curso desde o período pós-guerras. Situação a partir da qual houve um salto de aceleração principalmente nas

últimas décadas. Após a segunda metade do século XX, a sociedade entrou em alta velocidade de transformações, conforme destaca McSwite, em prefácio dedicado ao livro de Cavalcanti (2005), em que o autor aborda estratégias de gestão no setor público. No citado prefácio, McSwite afirma que “lidar com a transformação como condição permanente” passou a ser a maior certeza da sociedade, além de uma condição causadora do que ele denomina de aforismo (CAVALCANTI, 2005, p. 13-14).

O desenrolar desses cenários denotam o que McSwite chama de cataclismo, com o fim da era moderna e sucessão pela pós-modernidade (CAVALCANTI, 2005, p. 14). Destaca-se que, apesar de se ter ciência e conhecimento de algumas teorias relacionadas ao fim da pós-modernidade e início de hipermodernidade, conforme suscitada pelo teórico Lipovetsky (2004, 2005 *apud* CRUZ, 2018), não se deve entrar nesta seara de discussão de temporalidades. O enfoque deveria ser especificamente a questão de a atualidade ser uma fase em que a humanidade está em momento completamente díspare ao vivenciado até então pelas gerações anteriores. Como bem foi destacado ainda por McSwite “Talvez o que mais se aproxime da nossa mudança atual seja aquela que a precedeu, isto é, a mudança do período medieval para o período moderno” (CAVALCANTI, 2005, p. 14).

Na continuidade de toda conjuntura de aceleração nos processos de uma sociedade analógica para imersão em cenários híbridos ou até mesmo totalmente digitais, assistiu-se ao transmutar de metodologias, rotinas de trabalho em diferentes escalas. Notou-se, portanto, maior impacto no cenário brasileiro no decorrer das últimas décadas, principalmente:

Nas últimas décadas, particularmente após as guerras mundiais, vimos uma profusão de inovações. Particularmente assistimos ao advento dos microprocessadores, da fibra ótica e, principalmente, da internet. Vivemos agora mais uma era de profundas transformações sociais e tecnológicas, ambas significativamente estimuladas principalmente pela incessante e crescente geração de inovações em Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC). Uma era em que uma nova sociedade parece estar emergindo a partir da tão alardeada e transformação digital. (WEISS, 2019, p. 203)

Enquanto o Museu Nacional de Belas Artes segue preocupando-se com os passivos do acervo, sem conseguir se adequar a um momento de web 2.0, um conceito do início dos anos 2000, a chamada próxima era da internet já se encontra em andamento, com foco em descentralizar, corrigir e aperfeiçoar heranças das duas primeiras eras da rede:



Na Web3, os dados ficarão atrelados diretamente às pessoas, a mesma coisa acontece com valores financeiros. O usuário pode levá-los para onde quiser, tendo controle total sobre eles. É a portabilidade. Cria-se uma identidade digital soberana, permitindo a interoperabilidade, com todos os dados e dinheiro embutidos diretamente nos protocolos da Web3. (NATAL, 2021)

Nota-se o futuro com uma projeção para a exploração de espaços que repliquem a expansão de experiências coletivas por plataformas digitais, as quais reproduzam o mundo real no virtual. Um modelo analisado para ser renovado, ampliado, e que, apesar do enfoque no futuro, constatou-se ser cada vez mais observado no cotidiano das rotinas sociais. Pode-se dizer isso, em razão de situações como a integração da realidade com o mundo virtual, em reuniões como as que ocorrem, por exemplo, via plataformas Zoom, Google meet, entre outras.

Apontou-se uma tendência de aumento e aprimoramento de um mundo mais digital, com ampliação do avanço deste cenário híbrido atual. Gigantes como Microsoft, Xbox, mercados de criptomoedas, cripto arte e até o Facebook, este último com o posicionamento em que anuniou, na época, a adoção de um novo nome para a marca, no qual passou a ser chamar de Meta, reforçando o fluxo da constante velocidade nas perspectivas de transformação digital.

Figura 1 – Comparativo das fases da *web*

## CUADRO COMPARATIVO DE LA WEB 1.0, 2.0, 3.0,4.0

	WEB 1.0	WEB 2.0	WEB 3.0	WEB 4.0
El Significado es...	Dictado	Construido socialmente	Construido socialmente y reventado contextualmente	Comprensión del lenguaje natural (NLU) y técnicas de Speech-to-Text. Nuevos modelos de comunicación máquina-máquina (M2M). La red estará formada por agentes inteligentes en la nube, que serán capaces de comunicarse entre si y delegar la respuesta al agente adecuado. Uso de información de contexto del usuario. Nuevo modelo de interacción con el usuario.
La Tecnología es...	Confiscado en el aula (regugados digitales)	Adoptado con cautela (Inmigrantes digitales)	En cualquier lugar (universo digital)	
La enseñanza se hace...	Profesor-Alumno	Profesor-Alumno y Alumno-Alumno	Profesor-Alumno y Alumno-Alumno y Alumno-Profesor	
Las escuelas se ubican en..	En un edificio	En un edificio u online	En cualquier lugar plenamente imbuido en la sociedad	
Los padres ven la escuela como...	...una guardería	...una guardería	Un lugar en el que ellos tambien pueden aprender	
Los profesores son..	Profesionales certificados	Profesionales certificados	Cualquiera, en cualquier lugar	
Hardware y Software...	Se compran con gran coste y luego se olvidan	Son abiertos y de bajo coste	Son abiertos, de bajo coste y se utilizan con sentido	
La empresa ve a los graduados como...	Trabajadores para una cadena de montaje	Trabajadores mal preparados en una cadena de montaje, en una economía global	Como trabajadores y emprendedores	

Fonte: Flores (2017).

Ademais, a pesquisa destacou alguns exemplos para o novo cenário. Tais como os de visitas virtuais nos museus por todo mundo, além de iniciativas como as de projetos parceiros com empresas como o Google, ao qual o MNBA (2021) dispôs de

alguns itens de seu acervo, incluindo poucos elementos do Arquivo Histórico, para serem acessados pelo grande público.

Adicionou-se, em meio a isto tudo, o exemplo de como a sociedade atual está exposta a múltiplos fatores na repercussão de como desempenhar seus processos de conduta. O mundo transitou por um dos fatos históricos mais marcantes do século. A pandemia de Covid-19 foi um acontecimento de extrema relevância, com impacto na reflexão sobre as muitas escolhas possíveis para as formas de atuar no trabalho, na sociedade geral. Seu advento obrigou o mundo a parar e reposicionar todas as suas formas de lidar com seus fluxos de atuação. Foi preciso repensar estruturas, bem como estabelecer novos mecanismos de relações sociais e laborais. Não houve como desconsiderar esse impacto, principalmente quando a própria condução do processo deste estudo sofreu com os efeitos das oscilações de cronogramas, incertezas globais e sociais, consequentes da pandemia mundial iniciada em final de 2019.

O estabelecimento do quadro pandêmico global colocou à prova toda a forma como a sociedade vinha lidando com os acervos sob guarda dos museus. Não obstante, o Museu Nacional de Belas Artes também precisou se adaptar e ofertar alternativas para seus consulentes internos e externos. Isto não ocorreu da melhor forma, visto as inúmeras tentativas de implantação de um sistema de gestão próprio para os documentos do Arquivo Histórico do museu. Havia, desde 2014, o registro de iniciativas da equipe do setor para a adoção e implantação de um sistema próprio de gestão eletrônica do acervo arquivístico. No entanto, a medida não obteve sucesso e até o momento da realização da pesquisa, não tinha implantação, apesar de sua aprovação pela gestão local, com indicativo da vontade de instituir esse tipo de recurso.

Dos três acervos com guarda na instituição, o arquivístico era o único que não apresentava um programa de gestão eletrônica específico e apropriado para ele. Tanto o acervo bibliográfico quanto o museal trabalhavam há anos com programas próprios para suas funções.

O Atom foi estudado, incluindo capacitação de profissional na Fiocruz, articulado internamente para ser viabilizado, porém, permaneceu emperrado pelos trâmites burocráticos da administração pública. O MNBA é uma instituição vinculada ao IBRAM, portanto, algumas necessidades específicas para a viabilidade da implantação de sistema necessitam de maior apoio para além da cercania local.

A pandemia acelerou a realidade de uma sociedade mais digital. Sistemas de *home offices* foram adotados, assim como o acesso de consulentes precisou ser desburocratizado da sua limitação presencial, para englobar acessos a pesquisas em ambiente digital. Assim, os pesquisadores que buscaram acesso ao acervo passaram a



receber dados diretos. Estas informações poderiam ser facilitadas se o setor tivesse um programa já implantado.

O governo federal se posiciona nos últimos anos por desburocratização de acessos, incentivo à inovação no setor, avanço da digitalização, aceleração da transformação digital e encorajamento à maior participação do cidadão para lidar com serviços de todo tipo na esfera pública. Ao se acessar a página de painel de serviços do governo federal brasileiro, encontram-se informações que reforçam o projeto atual de enfoque no digital. Na figura 2 pode-se observar que 72,00% dos serviços estão totalmente digitalizados (GOVERNO DO BRASIL, 2021). Também se pode verificar a progressão dos dados relacionados à quantidade de serviços ofertados totalmente no modo digital em 2019, com um salto para o ano de 2021.

**Figura 2** – Quantos serviços são digitais – versão 1



Fonte: Governo do Brasil (2021).

De acordo com a figura 3, enquanto em 2019 havia 1.767 serviços totalmente digitalizados, em novembro de 2021 constava o registro de 3.462 (GOVERNO DO BRASIL, 2021). Esta realidade, que já ocorria em várias instituições federais, ainda não ocorre do mesmo modo no universo dos museus da federação.

**Figura 3** – Quantos serviços são digitais – versão 2



Fonte: Governo do Brasil (2021).

A Lei nº 14.129, de 29 de março de 2021 (BRASIL, 2021c), oficializou essa nova mentalidade e permitiu entender os caminhos atuais. Como apontado em seu resumo, a lei:

Dispõe sobre princípios, regras e instrumentos para o Governo Digital e para o aumento da eficiência pública e altera a Lei nº 7.116, de 29 de agosto de 1983, a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação), a Lei nº 12.682, de 9 de julho de 2012, e a Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017. (BRASIL, 2021c)

Ocorreu, portanto, no escopo desta lei, definições consideradas essenciais a este novo modelo a ser praticado. Esses apontamentos foram inseridos na legislação através de uma divisão por capítulos e seções dedicadas ao aprofundamento dos detalhes. Dentre eles, constou o capítulo dedicado a “disposições gerais”, seguido de um para “digitalização da administração pública e da prestação de serviços públicos – governo federal”, com seções dedicadas à digitalização. Apresentou-se, também, seções contemplando governo digital; redes de conhecimento; componentes do governo digital; base nacional de serviços públicos; plataformas de governo digital; prestação digital dos serviços públicos; direitos dos usuários à prestação digital de serviços públicos.

Na sequência de análise do escopo desta lei, verificou-se a inclusão de capítulo específico para o cadastro de pessoas físicas e jurídicas (CPF e CNPJ). Apontamento de uma parte para “Governo como plataforma”, com seções dedicadas à abertura dos dados, e interoperabilidade de dados entre Órgãos Públicos. A legislação finalizou abordando princípios, regras e instrumentos com capítulos dedicados a “Domicílio eletrônico”, “Laboratórios de inovação” e “Governança, da gestão de riscos, do controle e da auditoria” (figuras 4 e 5).



Figura 4 – Realizações de governo eletrônico (2000 – 2007)



Fonte: Figueiredo *et al.* (2019).

Figura 5 – Realizações de governo eletrônico (2008 – 2015)



Fonte: Fonte: Figueiredo *et al.* (2019).

A leitura do material ajudou a notar movimentos de direcionamento das instituições federais para práticas viabilizadoras de uma gestão mais digital. No entanto, o avanço é lento, mesmo quando se observam normatizações desenvolvidas para este foco, através de inúmeras publicações construídas, divulgadas por entidades e conselhos como o CONARQ, por exemplo, cujas publicações são resumidas no quadro 1. Portanto, verificou-se uma imensa lacuna entre teoria, aplicações e

funcionamentos práticos.

**Quadro 1** – Publicações importantes sobre o conteúdo arquivístico em ambiente digital

<b>PUBLICAÇÕES TÉCNICAS CONARQ PARA DOCUMENTOS DE ARQUIVO NO ÂMBITO DIGITAL</b>		
<b>Ano</b>	<b>Nome</b>	<b>Definição</b>
<b>2000</b>	Diretrizes gerais para a construção de <i>websites</i> de instituições arquivísticas	Este documento, aprovado pela Resolução nº 13 do CONARQ, não pretende ser um manual para a construção de <i>websites</i> de instituições arquivísticas. Seu objetivo é fornecer um referencial básico às instituições arquivísticas interessadas em criar ou redefinir seus <i>websites</i> .
<b>2005</b>	Carta para a Preservação do Patrimônio Arquivístico Digital	A "Carta para a preservação do patrimônio arquivístico digital", do Conselho Nacional de Arquivos – CONARQ, aprovada em 2004, tem o objetivo de conscientizar e ampliar a discussão sobre o legado cultural em formato digital, e que se encontra em perigo de perda e de falta de confiabilidade. A Carta manifesta a necessidade de estabelecer políticas, estratégias e ações que garantam a preservação de longo prazo e o acesso contínuo aos documentos arquivísticos digitais.
<b>2009</b>	Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos – e-ARQ Brasil	O Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos – e-ARQ Brasil especifica todas as atividades e operações técnicas da gestão arquivística de documentos desde a produção, tramitação, utilização e arquivamento até a sua destinação final. Todas essas atividades poderão ser desempenhadas pelo SIGAD, o qual, tendo sido desenvolvido em conformidade com os requisitos aqui apresentados, conferirá credibilidade à produção e à manutenção de documentos arquivísticos.
<b>2010</b>	Recomendações para Digitalização de Documentos Arquivísticos Permanentes	Recomendações, aprovadas pela Resolução nº 31 do CONARQ, as quais visam auxiliar as instituições detentoras de acervos arquivísticos de valor permanente, na concepção e execução de projetos e programas de digitalização.
<b>2012</b>	Diretrizes para a Gestão Arquivística do Correio Eletrônico Corporativo	Aprovado pela Resolução nº 36 do CONARQ, define diretrizes e recomendações com o objetivo de orientar os órgãos ou entidades que utilizam o correio eletrônico como ferramenta de trabalho na gestão arquivística das mensagens de correio eletrônico corporativo. Cabe ressaltar que o documento Diretrizes para a Gestão Arquivística do Correio Eletrônico Corporativo deve ser utilizado em conjunto com o modelo de requisitos para sistemas informatizados de gestão arquivística de documentos – e-ARQ Brasil, o qual aborda a gestão arquivística de documentos digitais e não digitais e a especificação de requisitos para sistemas informatizados de gestão arquivística de documentos (SIGAD).
<b>2012</b>	Diretrizes para a presunção de autenticidade de documentos arquivísticos digitais	Este documento, aprovado pela Resolução nº 37 do CONARQ, estabelece diretrizes para a presunção de autenticidade de documentos arquivísticos digitais, com o objetivo de garantir a identidade e integridade desses documentos e minimizar os riscos de modificações, a partir do momento em que foram salvos pela primeira vez e em todos os acessos subsequentes.
<b>2013</b>	Diretrizes do produtor. A	"Diretrizes do Produtor – A Elaboração e a Manutenção de Materiais Digitais: Diretrizes Para Indivíduos" e "Diretrizes do



	elaboração e a manutenção de materiais digitais: Diretrizes para indivíduos.	Preservador – A Preservação de Documentos Arquivísticos digitais: Diretrizes para Organizações", publicadas no âmbito do projeto The International Research on Permanent Authentic Records in Electronic Systems InterPARES, da Universidade de British Columbia, Canadá, em acordo técnico com o Arquivo Nacional e aprovadas pela Resolução nº 38 do CONARQ, visam ao aperfeiçoamento da gestão e preservação dos documentos de arquivo em formato digital.
<b>2015</b>	Diretrizes para a Implementação de Repositórios Arquivísticos Digitais Confiáveis – RDC-Arq	Este documento, aprovado pela Resolução nº 43 do CONARQ, indica parâmetros para repositórios arquivísticos digitais confiáveis, de forma a garantir sua autenticidade (identidade e integridade), a confidencialidade, a disponibilidade, o acesso e a preservação, tendo em vista a perspectiva da necessidade de manutenção dos acervos documentais por longos períodos de tempo ou, até mesmo, permanentemente.

Fonte: CONARQ (2021).

Inúmeros locais que ainda constavam com grande carga documental de itens analógicos, não conseguem resolver de forma eficaz a gestão de seus acervos, por carência de elementos como a falta de verba, maquinário, apoio e até continuidade de atividades. O trabalho com acervos não é algo pontual, mas contínuo. Portanto, é insuficiente estabelecer projetos que resolvam apenas questões pontuais, em um dado momento, e sem haver garantia de renovação ou manutenção das técnicas no futuro. E esta é uma situação que ocorre frequentemente com documentos de muitos arquivos nos órgãos públicos. Conforme especificam Cunha e Resende:

A promoção de políticas públicas de longo prazo, ou seja, numa perspectiva temporal mais estendida, implica na mudança de comportamento dos políticos e em novos arranjos institucionais nas atitudes de governo. Isto significa que o foco se desloca do atendimento das necessidades dos diferentes órgãos da administração pública para as tentativas de solucionar os problemas da sociedade. (CUNHA; RESENDE, 2005, p.65 *apud* JARDIM; SILVA; NHARRELUGA, 2009, p.17)

Jardim e Salomão Neto (2016), em estudo comparativo sobre aplicação de políticas públicas, sob a perspectiva arquivística de governo aberto entre países como Brasil, Estados Unidos, México e Reino Unido, realizaram o mapeamento de características econômico-sociais, bem como de estruturas. Os dados levantados permitiram aos autores concluírem, de forma categórica, pela necessidade de um melhor posicionamento de instituições como os Arquivos Nacionais para o fomento de aplicação das normativas e orientações recomendadas para a área:

As constantes transformações na forma de se fazer política nos últimos anos, pressionadas por demandas sociais que reacenderam o debate acerca da transparência e maior acesso à informação, apresentam uma

oportunidade ímpar de rediscussão do lugar das instituições arquivísticas no Estado e na sociedade. Nesse sentido, passa a ser parte da agenda dos arquivos a aderência das instituições arquivísticas nacionais (assim como, no caso brasileiro, das estaduais e municipais, quando existirem políticas de governo aberto) aos princípios de governo aberto com a missão das instituições arquivísticas nacionais. (JARDIM; SALOMÃO NETO, 2016, p. 17-18)

Isso possibilitou ilustrar melhor um pouco daquilo que foi abordado até aqui, sobre a dificuldade de muitos órgãos em relação à aplicação das técnicas e da prática. As instituições encontram suas hierarquias divididas em muitas partes. Grande parte das resoluções definidas ou que são assumidas como compromisso pelas altas gestões, encontram entraves práticos para sua aplicação pelos responsáveis por atividades finalísticas.

É intenção do setor de arquivo do Museu de Belas Artes seguir os novos parâmetros definidos para boas práticas normativas, aplicando a gestão e aderindo às ofertas de acesso a dados, em consonância com a atual sociedade contemporânea.

Entretanto, observou-se uma série de detalhes envolvidos, dos quais é preciso ter atenção para a viabilidade técnica. Fatores como autenticidade, gestão, confiabilidade de dados, o estabelecimento de uma dinâmica contínua no ambiente digital, além de ações focadas na construção e uso de Repositórios Arquivísticos Digitais Confiáveis (RDCs) são essenciais nos tempos de hoje.

Atualmente, o setor Arquivo Histórico do MNBA prossegue com a digitalização do acervo, por iniciativa local e colocando os documentos digitalizados em nuvem do IBRAM. Esta ação foi considerada emergencial, para resguardar os documentos com cópia de segurança. A atividade antes desenvolvida inicialmente sem verificar se o documento passou por tratamento ou ordenação, agora obedece uma lógica para estruturação conforme as recomendações dos resultados da proposta apresentada na pesquisa realizada. Ação é para garantir salvaguarda emergencial e acesso, principalmente em caso de sinistros. Segue requisitos mínimos indicados, porém desconsidera-se a obrigatoriedade de seguir todas as recomendações sugeridas por normativas ou orientações específicas para a prática, não por falta de consciência e sim por entraves quanto ao acesso a recursos.

O procedimento de identificação da digitalização, segue com aplicação da notação do instrumento de pesquisa atual, o qual está em modo listagem simples. Entretanto, já aplica-se uma revisão, conforme especificações dos resultados da pesquisa desenvolvida. Isto visou uma reformulação, não somente devido a todo o cenário explícito no trabalho desenvolvido, como pelas próprias recomendações que



aqui foram mencionadas como urgentes para adoção pela instituição.

Digitalizar tudo sem parâmetros específicos e sem um projeto bem definido não otimiza a acessibilidade, a guarda e a preservação por completo. Ao contrário, apenas possibilita alguma ação de precaução emergencial para caso de sinistros, além de auxiliar trabalhos em tempos de pandemia ou obra como a que atualmente ocorre nas dependências do prédio museal. Logo, a digitalização deverá ser revisada, com a adoção de normas nacionais e internacionais para a gestão dos dados e metadados que forem gerados a partir desta prática. Assim como será necessário pensar em como trabalhar com representantes digitais e viabilizar a construção de Repositórios Arquivísticos Digitais Confiáveis (RDCs).

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As questões estabelecidas em todo o trabalho estavam ligadas diretamente ao acervo do Arquivo Histórico, o qual apresenta responsabilidade de gestão dos documentos permanentes institucionais. Isto posto, deve-se lembrar que o setor encontra-se inserido em uma estrutura maior. Isolada, a área não poderia sanar suas necessidades momentâneas, pontuais. No entanto, foi vital pensar a necessidade de maior interligação entre as atividades desenvolvidas pelo arquivo corrente e intermediário do museu e o Arquivo Histórico.

A estruturação de uma sequência entre gestão, tramitação e fluxo documental constante, com o estabelecimento de uma cadeia de custódia, ou seja, procedimentos com sequenciamento lógico, viabiliza a estabilidade informacional para os itens de um acervo em conexão entre o analógico e o digital. Recomendar ações apenas focadas no universo setorial seria ignorar os próprios processos de mudanças abordados neste trabalho.

Além disso, o avanço da pesquisa viabilizou ampliação da investigação estrutural da instituição produtora do acervo, como conhecida no momento, assim como a análise de suas entidades antecessoras. Também proporcionou a ampliação dos construtos analíticos referenciais para proposição do melhor arranjo e descrição nesta instituição constituída de órgãos de múltiplas origens. Em relação aos objetivos específicos propostos para a investigação, ressalta-se que estes foram desenvolvidos e alcançados.

O desdobramento dos objetivos e o produto resultaram em uma série de observações e recomendações. Logo, discorreu-se sobre o momento atual social, político, tecnológico e institucional. Abordou-se a transformação digital quanto à

sociedade, além de considerações sobre a realidade do museu estar em descompasso com as novas perspectivas de governo digital divulgadas em plataformas federais.

A esquematização de recomendações a serem adotadas pela instituição, em 18 apontamentos, abriu caminhos para novos estudos e conceitos necessários para aperfeiçoamento das técnicas a serem empregadas no tratamento do acervo arquivístico do museu.

Em certo momento, algumas falas deixaram de ser vitais para o encaminhamento deste trabalho em sua parte final. Um exemplo está na questão da especificação técnica para implantação do AtoM na realidade do museu. Este recurso ficou em segundo plano, pois surgiu uma nova forma de viabilização da adoção do programa por um museu, com ajuda da sede do Instituto Brasileiro de Museus.

O Museu Histórico Nacional conseguiu colocar sua base de dados no Atom, com ajuda de equipe em Brasília, e divulgou essa nova ferramenta nas redes sociais do Facebook, na primeira semana de dezembro de 2021. Até então, as unidades tentavam realizar a implantação do sistema específico para o acervo permanente com maior uso de recursos locais. Pensava-se em maquinário para servir de base de dados, e as dificuldades já se iniciavam a partir do momento em que os museus apresentavam carência ou obsolescência de computadores para servirem minimamente de base de dados. A nova metodologia utilizada pelo IBRAM, em Brasília, foi viabilizada sem a necessidade deste recurso, pois a instalação aconteceu com o uso da nuvem do instituto. Diante disso, diálogos e projetos foram adotados como forma de seguir no processo de melhoria das condições de acesso de usuários ao acervo do MNBA. O AtoM foi criado para o museu e está implantação, como um fator positivo já em adoção após o resultado da pesquisa desenvolvida no mestrado do PPGARQ.

Outro aspecto em discussão foi o avanço de eficiência com assertividade nas escolhas técnicas para um futuro digital. A digitalização realizada atualmente deverá ser readequada e aprimorada, uma vez que adotou-se a sua realização no museu sem inicialmente seguir os requisitos metodológicos indicados para aplicação ao processo.

A digitalização em forma de cópia de segurança deve ser repensada. Ela deverá ser desenvolvida com a aplicação de representantes digitais no processo de digitalização do acervo, e estabelecendo a construção de repositórios arquivísticos digitais confiáveis (RDCs). Isto em razão de se estar abordando um acervo que deverá solucionar seu passivo analógico e vislumbrar novos ambientes que incluam os documentos híbridos com os totalmente digitais.

Além destas questões, há o fator estudo de usuário. Ao consultar o acervo do Arquivo Histórico do MNBA, cada pesquisador preenche um formulário no qual aponta seus dados básicos como nome, profissão, instituição (estudante ou profissional) e



notação dos documentos acessados. Considerou-se que estes dados seriam insuficientes para dimensionar, de fato, o alcance da difusão deste acervo. Logo, recomendou-se a criação de mais ferramentas, assim como a ampliação de estudos, de maneira que estes não fossem utilizados apenas para se ter ciência sobre as necessidades dos usuários que procuram acessar as informações contidas no acervo do museu, mas também para intensificar e fomentar essa acessibilidade.

Os usuários não devem ser vistos apenas como meros receptores passivos da informação. Seus acessos e pesquisas são responsáveis pela produção de conteúdos transformadores, responsáveis por ampliar e aprofundar o poder de contribuição histórico social do conhecimento, através do uso dos dados dos acervos. E muitos dados investigados pelos consulentes eram desconhecidos até então.

O Arquivo Histórico do Museu Nacional de Belas Artes apresenta um acervo documental arquivístico de importância histórica, social e artística única. Nele, é possível não somente conhecer fatos de extrema relevância e importância sobre artes. Seus documentos são o espelho da história, transições políticas, transformações arquitetônicas culturais, patrimoniais e até sociais. Diante desta percepção, ressalta-se que uma das maiores adversidades encontradas na pesquisa foi a dificuldade de acesso a algumas fontes.

O desenvolvimento da pesquisa e processo investigatório foi impactado por questões naturais e outras ocorrências imprevisíveis. Quanto às dificuldades naturais, ressalta-se que já era esperada a necessidade de haver maior dedicação para descobrir, estudar, averiguar dados, em decorrência do conhecimento das múltiplas transformações históricas próprias da formação das instituições aqui analisadas.

A Academia Imperial de Belas Artes, a Escola Nacional de Belas Artes e o Museu Nacional de Belas Artes são instituições complexas quanto à sua constituição, por terem passado por muitas reorganizações, redefinições instituídas tanto por leis, quanto por decretos, portarias internas e regimentos. Muitas dessas regulamentações são de acesso mais complicado, por terem sido publicadas apenas em algum ministério e não em diários oficiais. Além disso, a ajuda e contribuição de colegas foi essencial para a localização de dados disponíveis em relatórios internos, os quais muitas vezes foram destinados a apenas algumas áreas que não envolvem o Arquivo Histórico.

Entre as ocorrências imprevisíveis, deve-se destacar o desenvolvimento de um trabalho em época de eclosão da pandemia global de Covid-19. O advento dessa situação modificou o fluxo de realização do mestrado, resultando em cronogramas alterados. Dificultou também o acesso a dados que necessitavam de averiguação presencial, pois boa parte da população ficou um bom período de quarentena, as instituições trabalharam em regime de *home office* e apenas serviços essenciais

funcionaram. O próprio MNBA retomou o trabalho presencial, em sistema de rodízio, apenas após o período da qualificação da pesquisa, na metade do ano. Uma retomada não dimensionada para todos, visto que o processo de vacinação ainda avançava lentamente e parte da população precisava ainda se resguardar. E, por fim, o museu encontrava-se, fato que continua até os dias atuais, em obras visando reparos em suas instalações, com interdição de algumas salas e logística diferenciada para atuação da equipe de obras..

Sugeriu-se, o estabelecimento de um fluxo de gestão de documentos entre todos os setores do museu, com rotinas de tramitação dos itens até o seu recolhimento para o Arquivo Histórico. Até o momento do estudo, não existia um percurso estabelecido para esse fluxo. Sendo assim, muitos dados permaneciam retidos nos setores produtores, mesmo quando o objetivo de criação já estava cumprido e passíveis para aplicação do prazo de eliminação ou destinação estabelecido de forma natural.

Por fim, com as questões aqui abordadas, acredita-se que este trabalho possa contribuir positivamente para outros casos similares, em instituições das mais variadas naturezas. Os encaminhamentos aqui ponderados são apenas algumas das possibilidades existentes na área para solucionar entraves enfrentados pelas instituições na gestão de seus acervos. Ainda há muito o que ser debatido, explorado sobre o tradicional campo de arranjo e descrição de documentos arquivísticos institucionais.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. (2021c). **Lei nº 14.129, de 29 de março de 2021**. Dispõe sobre princípios, regras e instrumentos para o Governo Digital e para o aumento da eficiência pública e altera a Lei nº 7.116, de 29 de agosto de 1983, a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação), a Lei nº 12.682, de 9 de julho de 2012, e a Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2021/lei/L14129.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14129.htm) acesso em 05/11/2021 Acesso em: 03 nov. 2021.

CAVALCANTI, Bianor Scelza. **O gerente equalizador**: estratégias de gestão no setor público. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

CIA – Conselho Internacional de Arquivos. **ISAD(G)**: Norma geral internacional de descrição arquivística, segunda edição, adotada pelo Comitê de Normas de Descrição de Estocolmo, Suécia, em 19-22 setembro de 1999. Versão final aprovada pelo CIA. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2000. Disponível em: [https://www.gov.br/conarq/pt-br/centrais-deconteudo/publicacoes/isad\\_g\\_2001.pdf](https://www.gov.br/conarq/pt-br/centrais-deconteudo/publicacoes/isad_g_2001.pdf). Acesso em: 05 nov. 2021.



CIA – Conselho Internacional de Arquivos. **ISDIAH**: Norma internacional para descrição de instituições com acervo arquivístico. Primeira edição. Elaborada pelo Comitê de Boas Práticas e Normas Londres, Reino Unido, 10-11 de março de 2008.

Disponível em:

[www.academia.org.br/sites/default/files/conteudo/norma\\_internacional\\_para\\_descricao\\_de\\_instituicoes\\_com\\_acervo\\_arquivistico.pdf](http://www.academia.org.br/sites/default/files/conteudo/norma_internacional_para_descricao_de_instituicoes_com_acervo_arquivistico.pdf). Acesso em: 05 nov. 2021.

CIA – Conselho Internacional de Arquivos. **Declaração universal sobre os arquivos**.

Aprovada na Assembleia Geral do Conselho Internacional de Arquivos realizada em 17 de setembro de 2010, durante a 42ª CITRA, em Oslo. Tradução para o português acordada entre o Arquivo Nacional (Brasil) e o Arquivo Nacional da Torre do Tombo (Portugal). Disponível em:

[https://arquivistasocial.files.wordpress.com/2011/05/ica\\_2010\\_universal-declaration-onarchives\\_pt-1.pdf](https://arquivistasocial.files.wordpress.com/2011/05/ica_2010_universal-declaration-onarchives_pt-1.pdf). Acesso em: 09 fev. 2019.

CONARQ – Conselho Nacional de Arquivos. **NOBRADE**: Norma Brasileira de Descrição Arquivística. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 2006. Disponível em:

[www.siga.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes/nobrade.pdf](http://www.siga.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes/nobrade.pdf). Acesso em: 10 nov. 2021.

CONARQ – Conselho Nacional de Arquivos. **Notícias**. Disponível em:

<https://www.gov.br/conarq/pt-br>. Acesso em: 10 nov. 2021.

CRUZ, Daniel Nery da. Pós-modernidade ou hipermodernidade? Pensando o sujeito contemporâneo sob as óticas de Lipovetsky e Bauman. *In: Sapere aude* – Belo Horizonte, v. 9 – n. 18, p. 351-371, jul./Dez. 2018. Disponível em:

<file:///C:/Users/thais/Downloads/18319-Texto%20do%20artigo-68955-1-10-20181229.pdf>. Acesso em: 20 out. 2021.

FIGUEIREDO, Rejane Maria da Costa *et al.* **Governo Digital Brasileiro**: Relatório Técnico. Ministério da Economia. Projeto de Cooperação “Projeto de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação para a Automação de Serviços Públicos no âmbito da Jornada da Transformação dos Serviços”. Information Technology – Research and Application Center (ITRAC) e Universidade Federal de Brasília, 2019. Disponível em [https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/34787/3/RELATORIO\\_GovernoDigitalBrasileiro.pdf](https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/34787/3/RELATORIO_GovernoDigitalBrasileiro.pdf). Acesso em: 05 nov. 2021.

FLORES, Estefania. **Tic’s 2 Web 1.0, 2.0, 3.0, 4.0**. Universidad Tecnica de Ambato, Facultad de Jurisprudencia y Ciencias Sociales, Segundo de Trabajo Social, 2017.

Disponível em: [https://pt.slideshare.net/steffynflores5/web-10-203040-82669547?from\\_action=save](https://pt.slideshare.net/steffynflores5/web-10-203040-82669547?from_action=save). Acesso em: 04 nov. 2021.

JARDIM, José Maria; SILVA, Sérgio Conde de Albite; NHARRELUGA, Rafael Simone. Análise de Políticas Públicas: uma abordagem em direção às políticas públicas de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, [S.l.], v. 14, n. 1, p. 2-22, mar. 2009. ISSN 19815344. Disponível em:

portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/743. Acesso em: 06 nov. 2021

JARDIM, J. M.; SALOMÃO NETO, N. A. **A perspectiva arquivística do governo aberto:** Um estudo comparativo da participação de Brasil, Estados Unidos, México e Reino Unido na Open Government Partnership. 2016. (Apresentação de Trabalho/Congresso). Disponível em: [http://repositorios.questoesemrede.uff.br/repositorios/bitstream/handle/123456789/3323/2016\\_GT5-CO\\_11.pdf?sequence=1](http://repositorios.questoesemrede.uff.br/repositorios/bitstream/handle/123456789/3323/2016_GT5-CO_11.pdf?sequence=1) Acesso em: 06 nov. 2021.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica.** 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2003. Disponível em: <file:///C:/Users/thais/Downloads/LAKATOS%20-%20MARCONI%20-%20FUNDAMENTOS%20DE%20METODOLOGIA%20CIENTIFICA.pdf> Acesso em: 16 mar 2021.

MUSEU NACIONAL DE BELAS ARTES Museu Nacional de Belas Artes: (Brasil histórico. Rio de Janeiro: [s.n.], 1990. Não paginado.

MUSEU Nacional de Belas Artes. Rio de Janeiro: MNBA, s.d. não paginado: il.

MUSEU NACIONAL DE BELAS ARTES (Brasil). *Plano Museológico: 2016-2020.* Rio de Janeiro, 2016.

MNBA – Museu Nacional de Belas Artes. **Arts & Culture.** Disponível em: <https://artsandculture.google.com/partner/museu-nacional-de-belas-artes>. Acesso em: 06 dez. 2021.

NATAL, Bruno. Muito além do NFT: metaversos, web3 e o futuro digital. **Mit Technology Review**, 2021. Disponível em: <https://mittechreview.com.br/muito-alem-do-nft-metaversosweb3-e-o-futuro-digital/>. Acesso em: 04 nov. 2021.

WEISS, Marcos Cesar. Sociedade sensoriada: a sociedade da transformação digital. Universidade de São Paulo, **Instituto de Estudos Avançados**, 33, 203-214, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/jPn3NkF6dYx8b56V8snsnQf/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 26 out. 2021.

---

Recebido em 11/08/2023

Aprovado em 25/09/2023



Licença de Atribuição BY do Creative Commons  
<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0>